



JUCESP PROTOCOLO

0.511.819/08-0



COLEGIADA

**ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM  
GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA PARANAPANEMA  
S.A.**

entre

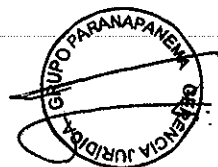
**PARANAPANEMA S.A.,**  
*como Emissora*

e

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,**  
*como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas*

Data

13 de junho de 2008



*[Handwritten signature]*

**ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM  
AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO  
PÚBLICA, DA PARANAPANEMA S.A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado, como emissora,

a. **PARANAPANEMA S.A.**, companhia aberta de capital autorizado com sede na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Felipe Camarão, 500 - Utinga, registrada no CNPJ/MF sob n.º 60.398.369/0001-26, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

e, de outro lado, como agente fiduciário,

b. **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da presente emissão, sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados "Partes";

vêm, por esta e na melhor forma de direito, celebrar a presente "Escritura Particular da 6ª Emissão de Debêntures, Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública da Paranapanema S.A." (respectivamente, "Escritura", "Emissão" e "Debêntures"), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas.

**CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÃO**

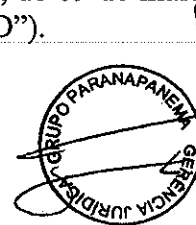
1.1. A presente Escritura é celebrada de acordo com a autorização da Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de abril de 2008 ("RCA") e da Assembléia Extraordinária da Emissora realizada em 13 de junho de 2008 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (conforme alterada, "Lei das Sociedades por Ações").

**CLÁUSULA II - REQUISITOS**

2.1. A Emissão será feita com observância aos seguintes requisitos:

2.1.1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, ANBID E OUTROS

A oferta pública das Debêntures será registrada (i) na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400") e demais disposições legais e regulamentares pertinentes e (ii) na Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID"), no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Artigo 23 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, de 09 de maio de 2006, conforme alterado em 21 de janeiro de 2008 ("Código ANBID").



#### 2.1.2. REGISTRO PARA COLOCAÇÃO E NEGOCIAÇÃO

As Debêntures serão registradas (i) para distribuição no mercado primário, por meio do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT") administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e (ii) para negociação no mercado secundário, por meio do Sistema Nacional de Debêntures ("SND") administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP.

#### 2.1.3. ARQUIVAMENTO NA JUNTA COMERCIAL E PUBLICAÇÃO DA ATA DA AGE

As atas da RCA e AGE que aprovaram a Emissão foram devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e nos jornais Diário do Grande ABC e Valor Econômico, nos termos do artigos 59, 62, I, 142, §1º e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

#### 2.1.4. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA NA JUNTA COMERCIAL

Esta Escritura será inscrita na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser submetida para tal registro dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de sua celebração.

#### 2.1.5. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, nos termos do inciso III do artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, manifestou-se favoravelmente à Emissão em reunião realizada em 18 de abril de 2008, tendo a respectiva ata sido transcrita em livro próprio.

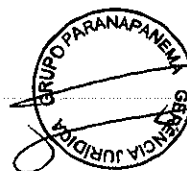
### CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

#### 3.1. OBJETO SOCIAL DA EMPRESA

A Emissora tem como objeto social: (i) atividades industriais na área da metalurgia, em especial quanto a minerais não ferrosos; (ii) pesquisa e lavra de minerais em geral, inclusive a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural; (iii) comercialização e beneficiamento de minérios, e todas as demais ligadas à indústria de mineração; (iv) atividades industriais correlatas ao aproveitamento de materiais de origem minerária, ou produtos acabados da metalurgia; (v) atividades de construção civil em geral, inclusive a exploração de serviços públicos; (vi) a compra e venda e a fabricação, a importação e a exportação de produtos acabados, máquinas e equipamentos e outros bens de consumo e de produção relacionados com as atividades acima enumeradas; e (vii) prestação de serviços de assessoria e outros correlacionados às atividades acima enumeradas.

#### 3.2. NÚMERO DA EMISSÃO

A presente Emissão constitui a 6ª Emissão de Debêntures da Emissora, sendo a 6ª para distribuição pública.



### 3.3. MONTANTE TOTAL DA EMISSÃO

O montante total da Emissão será de R\$950.000.000,00 (novecentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida na Cláusula 4.1 abaixo).

### 3.4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A presente Emissão faz parte de processo de reestruturação do passivo financeiro da Emissora para equalização de sua situação econômico-financeira e estrutura de capital, conforme Acordo para a Reestruturação Financeira da Paranapanema e Outras Avenças celebrado em 19 de dezembro de 2006 entre a Emissora e a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (“PREVI”), a Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL (“SISTEL”), a Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS (“PETROS”), o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR”), o BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações (“BBCL I”), o BB Renda Fixa IV Fundo de Investimento em Renda Fixa (“BBRF IV”) e, na qualidade de interveniente-anuente, o Instituto Aerus de Seguridade Social (“AERUS”) (“Acordo de Reestruturação”), cujos principais termos foram divulgados nas Informações Anuais – IAN da Emissora, relativas ao exercício de 2007, sendo admitida a subscrição das Debêntures (i) em moeda corrente nacional e/ou (ii) por meio de créditos detidos contra a Emissora, decorrentes do Acordo de Reestruturação, atualizados *pro rata temporis* até a data de integralização, podendo não haver ingresso de novos recursos, sem que desse fato ocorram quaisquer prejuízos ou impedimentos aos objetivos da Emissora com a distribuição das Debêntures. Os recursos que porventura ingressem na Emissora em virtude da subscrição das Debêntures serão utilizados como recursos para a amortização das dívidas da Emissora, podendo também ser empregados pela Emissora para o pagamento de despesas operacionais.

### 3.5. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo observadas as disposições da Instrução CVM nº400. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará plano de distribuição, nos termos do contrato de distribuição celebrado pela Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”), tendo como público alvo os acionistas da Companhia signatários do Acordo de Reestruturação, os demais acionistas da Emissora e investidores institucionais ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

3.5.2. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da oferta pela CVM e a publicação do aviso aos acionistas e anúncio de início de distribuição da Emissão (“Aviso aos Acionistas e Anúncio de Início”).

3.5.3. As Debêntures serão colocadas em até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do Aviso aos Acionistas e Anúncio de Início.



### 3.6. FORMA E CERTIFICADOS DAS DEBÊNTURES

As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem emissão de certificados representativos de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador (conforme definido na Cláusula 3.7 abaixo). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o "Relatório de Posição de Ativos", expedido pelo SND, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures quando depositadas no SND.

### 3.7. BANCO MANDATÁRIO E ESCRITURADOR

O Banco Itaú S.A. será o banco mandatário e escriturador da Emissora perante as entidades administradoras de mercado secundário para negociação das Debêntures e também a instituição responsável pela escrituração das Debêntures ("Banco Mandatário e Escriturador").

### 3.8. LIMITE DE EMISSÃO

A Emissão atende aos limites previstos no *caput* do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social integralizado da Emissora nesta data é de R\$967.880.493,53 (novecentos e sessenta e sete milhões, oitocentos e oitenta mil, quatrocentos e noventa e três reais e cinquenta e três centavos) e não existem outras debêntures em circulação.

### 3.9. INEGOCIABILIDADE DAS DEBÊNTURES

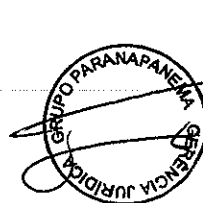
3.9.1. Tendo em vista que não houve a elaboração de prospecto de distribuição das Debêntures, conforme dispensa dada pelo órgão colegiado da Comissão de Valores Mobiliários em 13 de maio de 2008, nos termos do artigo 11 do Código da ANBID, independentemente de serem registrados em bolsa de valores ou mercado de balcão, as Debêntures são submetidas à condição de inegociabilidade. A condição de inegociabilidade não será aplicável nos casos de negociação das Debêntures exclusivamente entre instituições pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro.

3.9.2. A Emissora assume que envidará seus melhores esforços na elaboração de prospecto e/ou outras providências necessárias para possibilitar a negociação em mercado secundário das Debêntures da 2ª Série, posteriormente à amortização total das Debêntures da 1ª Série, desde que a negociabilidade das Debêntures da 2ª Série seja aprovada por quorum de 95% dos Debenturistas detentores de Debêntures da 2ª Série.

## CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. DATA DE EMISSÃO

Para todos os efeitos legais, a data de Emissão das Debêntures será o dia 13 de junho de 2008 ("Data de Emissão").



#### 4.2. VALOR NOMINAL UNITÁRIO

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

#### 4.3. NÚMERO DE SÉRIES

A Emissão será realizada em 2 (duas) Séries, sendo R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), relativos às Debêntures da 1ª Série ("Debêntures da 1ª Série"), e R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), relativos às Debêntures da 2ª Série ("Debêntures da 2ª Série" e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, "Debêntures").

#### 4.4. ESPÉCIE E QUANTIDADE DE DEBÊNTURES.

As Debêntures são da espécie com garantia real representada pelo penhor de ações de propriedade da Emissora nos termos da Cláusula 4.18 e do Anexo I. Serão emitidas 1.900 (mil e novecentas) Debêntures, sendo 400 (quatrocentas) Debêntures da 1ª Série e 1.500 (mil e quinhentas) Debêntures da 2ª Série.

#### 4.5. CONVERSIBILIDADE

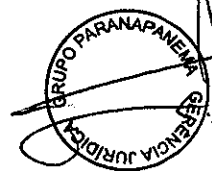
##### 4.5.1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONVERSÃO

4.5.1.1. *Período de Conversão.* As Debêntures, à opção de seus titulares, poderão ser convertidas, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, inclusive, até a Data de Vencimento ("Período de Conversão"), em ações ordinárias de emissão da Emissora ("Ações").

4.5.1.2. *Conversão na Data de Pagamento de Remuneração.* Caso a Data de Conversão (conforme definida na Cláusula 4.5.1.4 abaixo) coincida com uma Data de Pagamento de Remuneração (conforme definida nas Cláusulas 4.8.3.1 e 4.8.3.2 abaixo) diversa da Data de Vencimento, a Remuneração das Debêntures relativa ao período de Remuneração que se encerra deverá ser paga pela Emissora e o cálculo da quantidade de ações (conforme Cláusula 4.5.1.8) deverá utilizar o Valor Nominal Unitário Atualizado como Preço Unitário, observando-se que para as debêntures custodiadas na CETIP, não serão admitidos lançamentos de conversão na Data de Vencimento de cada série.

4.5.1.3. *Procedimento para Conversão.* O Debenturista que desejar converter suas Debêntures deverá observar os seguintes procedimentos:

- (a) caso o Debenturista tenha conta individualizada na CETIP, deverá registrar sua solicitação de conversão diretamente no sistema eletrônico do SND, mediante duplo comando efetuado pelo Banco Mandatário; ou
- (b) caso o Debenturista não tenha conta individualizada na CETIP, deverá encaminhar sua solicitação de conversão por meio de carta protocolada junto à instituição financeira custodiante de suas Debêntures na CETIP, para que seja feito seu pedido, junto ao SND, da quantidade de Debêntures que pretende converter, contendo o nome do Debenturista, a quantidade de Debêntures que pretende converter e os dados bancários para depósito de valores decorrentes de frações de Ações; ou



- (c) caso as Debêntures não estejam registradas na CETIP, o Debenturista deverá encaminhar a solicitação de conversão por meio de carta protocolizada junto ao Banco Mandatário, com cópia para o Agente Fiduciário.

4.5.1.4. *Data de Conversão.* Para os fins da Escritura, entende-se como "Data de Conversão" a data do registro da solicitação de conversão na CETIP ou a data em que o Banco Mandatário receber do Debenturista a solicitação de conversão.

4.5.1.5. *Depósito das Ações e Tratamento das frações.* A Emissora depositará, junto à instituição escrituradora de suas ações, no prazo de 6 (seis) dias úteis a contar da Data de Conversão, o número de Ações correspondentes à quantidade de Debêntures convertidas. Quaisquer tributos e despesas relacionadas ao depósito serão pagos pela Emissora. As frações de Ações decorrentes da conversão efetuada com base nesta Cláusula 4.5.1.5 serão devidas, pela Emissora, em espécie, no prazo de 6 (seis) dias úteis a contar da Data de Conversão.

4.5.1.6. *Ajustes Supervenientes.* O Preço de Conversão de cada Debênture será ajustado em relação a desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações do capital da Emissora, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da Data de Emissão, sem quaisquer ônus para os Debenturistas e na mesma proporção estabelecida para tais eventos.

4.5.1.7. *Dividendos, Direitos e Vantagens.* As Ações objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações ordinárias da Emissora na Data de Conversão, e farão jus a dividendos integrais e bonificações distribuídos, bem como a todos e quaisquer direitos deliberados em atos societários da Emissora, a partir da Data de Conversão.

4.5.1.8. *Fórmula de Conversão.* As Debêntures serão conversíveis em ações ordinárias de emissão da Emissora, segundo a seguinte fórmula:

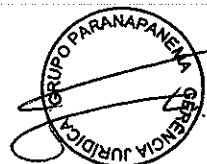
$$\text{Nº de ações} = \frac{\text{Preço Unitário}}{\text{Preço de Emissão}}$$

onde:

Nº de Ações: é o número de ações ordinárias em que cada Debênture poderá ser convertida na Data de Conversão.

Preço Unitário: é o Valor Nominal Unitário de cada Debênture acrescido da Remuneração *pro rata temporis* até a Data de Conversão das Debêntures, considerando-se as amortizações realizadas até tal data e observado o disposto na Cláusula 4.5.1.2.

Preço de Emissão: (i) no caso de conversão voluntária ou obrigatória ocorrida nos primeiros 30 (trinta) meses a contar da Data de Emissão será equivalente a 100% (cem por cento) do valor mínimo por ação ordinária determinado no Laudo de Avaliação, conforme definido abaixo, e (ii) no caso de conversão voluntária ocorrida após os primeiros 30 (trinta) meses a contar da Data de Emissão será equivalente a 120% (cento e vinte por cento) do valor mínimo por ação ordinária determinado no Laudo de Avaliação.



“Laudo de Avaliação” é o laudo de avaliação da Emissora com base no fluxo de caixa descontado que foi emitido por KPMG Corporate Finance Ltda. em 12 de junho de 2008, e o valor mínimo estipulado por ação ordinária foi de R\$4,55 (quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

#### 4.5.2. CONDIÇÕES ESPECIAIS DA CONVERSÃO DA 2ª SÉRIE

4.5.2.1. *Conversibilidade Obrigatória da 2ª Série por Força de Pagamentos Relativos à 1ª Série.* Na mesma data de quaisquer pagamentos, programados ou não, relativos às Debêntures da 1ª Série, desde que aludidos pagamentos sejam feitos nos primeiros 30 (trinta) meses da Data de Emissão e dentro dos prazos devidos, os Debenturistas da 2ª Série se obrigam a converter uma quantidade de Debêntures da 2ª Série, cujo montante seja no mínimo igual ao montante dos pagamentos relativos às Debêntures da 1ª Série, de forma que seja observado e respeitado o princípio da conversão de R\$1,00 para cada R\$1,00 desta 6ª Emissão de Debêntures que seja pago, observando aos procedimentos previstos no item 4.5.1.3.

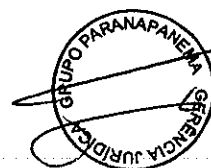
4.5.2.2. *Conversibilidade Obrigatória da 2ª Série por Força de Pagamentos Relativos à 2ª Série.* Na mesma data de quaisquer pagamentos, programados ou não, relativos às Debêntures da 2ª Série, desde que aludidos pagamentos sejam feitos nos primeiros 30 (trinta) meses a contar da Data de Emissão, os Debenturistas da 2ª Série se obrigam a converter uma quantidade de Debêntures da 2ª Série, cujo montante seja no mínimo igual ao montante dos pagamentos relativos às Debêntures da 2ª Série, de forma que seja observado e respeitado o princípio da conversão de R\$1,00 para cada R\$1,00 desta 6ª Emissão de Debêntures que seja pago, observando aos procedimentos previstos no item 4.5.1.3.

4.5.2.3. *Rateio.* Nas hipóteses previstas nas cláusulas 4.5.2.1 e 4.5.2.2 acima, para a determinação do número de debêntures de cada debenturista a serem convertidas será efetuado rateio proporcional dos valores entre os titulares de Debêntures da 2ª Série, com base no número de Debêntures de ambas as Séries em circulação.

4.5.2.4. *Direitos das Ações objeto de Conversão.* As ações objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações ordinárias da Emissora na Data de Conversão, e farão jus a dividendos integrais e bonificações distribuídas, bem como a todos e quaisquer direitos deliberados em atos societários da Emissora, a partir da Data de Conversão.

#### 4.6. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO

O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série será de 30 (trinta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 13 de dezembro de 2010 (“Data de Vencimento da 1ª Série”), enquanto que o prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série será de 11 (onze) anos, contados da Data de Emissão, portanto, vencendo-se em 13 de junho de 2019.





#### 4.7. AMORTIZAÇÃO

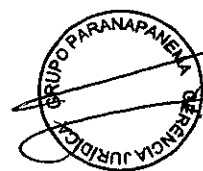
4.7.1. *Amortização da 1ª Série.* O Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 1ª Série será amortizado em parcela única na Data do Vencimento, observando-se as regras de resgate antecipado obrigatório previstas na Cláusula 4.7.3 a seguir. As Debêntures da 1ª Série poderão ser amortizadas antecipadamente a qualquer tempo.

4.7.2. *Amortização da 2ª Série.* O Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série será amortizado conforme a tabela a seguir ("Amortização da 2ª Série"), observadas as regras de resgate antecipado obrigatório previstas na Cláusula 4.7.3 a seguir. As Debêntures da 2ª Série poderão ser amortizadas antecipadamente a qualquer tempo.

Datas de Amortização Programadas	Parcela do Valor Nominal Total das Debêntures da 2ª Série a ser amortizado – AMT	Parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série a ser amortizado – AMT
13 de junho de 2009	Não haverá amortização	Não haverá amortização
13 de junho de 2010	R\$70.000.000,00	R\$46.666,67
13 de junho de 2011	R\$65.000.000,00	R\$43.333,33
13 de junho de 2012	Não haverá amortização	Não haverá amortização
13 de junho de 2013	Não haverá amortização	Não haverá amortização
13 de junho de 2014	Não haverá amortização	Não haverá amortização
13 de junho de 2015	R\$30.000.000,00	R\$20.000,00
13 de junho de 2016	R\$60.000.000,00	R\$40.000,00
13 de junho de 2017	R\$80.000.000,00	R\$53.333,33
13 de junho de 2018	R\$100.000.000,00	R\$66.666,67
13 de junho de 2019	Saldo Remanescente	Saldo Remanescente

#### 4.7.3. *Amortização Antecipada Obrigatória ou Resgate Antecipado Obrigatório.*

4.7.3.1. A Emissora se obriga a utilizar os recursos obtidos no âmbito ou por força da reestruturação financeira da Emissora para amortização e/ou resgate, total ou parcial, de Debêntures de ambas as Séries, sendo que os referidos recursos deverão ser destinados primeiramente à amortização ou resgate antecipados das Debêntures da 1ª Série e, posteriormente, quando do resgate total das Debêntures da 1ª Série, à amortização ou resgate antecipados das Debêntures da 2ª Série, no prazo de 5 (cinco) dias úteis seguintes ao recebimento pela Emissora desses recursos.



4.7.3.1.1. Para efeitos da amortização e/ou resgate antecipado obrigatório, as fontes de recursos são, principalmente: (i) a alienação total ou parcial pela Emissora de sua participação societária nas sociedades Carajás Metais S.A., Mineração Taboca S.A., Eluma S.A. Indústria e Comércio e Cibrafertil Companhia Brasileira de Fertilizantes ("Empresas Operacionais"); (ii) alienação de imóveis onde se localizam as plantas industriais da Emissora e/ou das Empresas Operacionais; (iii) qualquer operação correlata aos imóveis indicados em (ii) que gere recursos à Emissora e/ou às Empresas Operacionais, especialmente operações de *leasing*, emissão de valores mobiliários com lastro em tais imóveis, emissão de certificados de recebíveis imobiliários ou colocação de cotas de quaisquer fundos de investimentos, notadamente fundos de investimento imobiliários ou de investimento em direitos creditórios; ou (iv) emissão de ações pela Emissora e/ou pelas Empresas Operacionais.

4.7.3.1.2. Sem prejuízo da observância do prazo de 5 (cinco) dias úteis previsto no item 4.7.3.1, durante o processo de obtenção dos recursos listados no item anterior, a Emissora poderá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes apreciem e deliberem acerca da melhor forma de efetivação da amortização e/ou do resgate antecipado obrigatório, sempre com o intuito de executar essas operações de forma a obter o tratamento mais equitativo entre os titulares das Debêntures.

4.7.3.2. O valor da amortização e/ou do resgate antecipado obrigatório será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de forma que todas as debêntures sejam atendidas em condições de igualdade, com observância de números inteiros de Debêntures, no caso do resgate parcial.

4.7.3.3. Após a amortização ou resgate antecipados das Debêntures da 1ª Série e conseqüente conversão obrigatória das Debêntures da 2ª Série, quando da data de qualquer pagamento que vier a ocorrer nos primeiros 30 (trinta) meses a partir da Data de Emissão, caso o saldo de recursos de que trata a Cláusula 4.7.3.1 seja superior a 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor das Debêntures da 2ª Série, o valor total da amortização e/ou do resgate antecipados obrigatório será limitado a 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor das Debêntures da 2ª Série calculado na data de pagamento do resgate ou da amortização, em virtude das condições de Conversibilidade Obrigatória previstas na cláusula 4.5.2 acima.

#### 4.8. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à seguinte remuneração ("Remuneração"):

##### 4.8.1. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

O Valor Nominal Unitário das Debêntures de ambas as Séries será atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA"), incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"). A Atualização Monetária será paga nas mesmas datas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme condições específicas de cada Série e incidirá sobre o valor da parcela de amortização



do Valor Nominal Unitário a ser paga. Farão jus à Atualização Monetária os Debenturistas ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. O Valor Nominal Unitário das Debêntures atualizado pela Atualização Monetária será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$VNa = VNe \times C$ , onde:

VNa = Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da respectiva Série ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da respectiva Série, em ambos os casos, atualizado pela Atualização Monetária, calculado com seis casas decimais, sem arredondamento;

VNe = (i) para 1ª Série é o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures informado/calculado com seis casas decimais, sem arredondamento; e (ii) para a 2ª Série, (a) até a data da primeira incorporação de juros é o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures informado/calculado com seis casas decimais, sem arredondamento e (b) após cada incorporação de juros é o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado de cada uma das Debêntures informado/calculado com seis casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com oito casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \left\{ \left[ \frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dup_1}{dut_1}} \times \left[ \frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dup_2}{dut_2}} \times \dots \times \left[ \frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{dut_n}} \right\}, \text{ onde:}$$

$NI_0$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de início de atualização;

$NI_1$  = valor do número-índice do IPCA do mês de início de atualização;

$NI_2$  = valor do número-índice do IPCA do mês subsequente ao mês de início de atualização;

$NI_n$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização utilizado até a data de aniversário das Debêntures da respectiva Série, ou, após a data de aniversário, valor do IPCA do mês de atualização.

$NI_{n-1}$  = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "n";

dup = número de dias úteis da data-base anterior, sendo essa a data de aniversário em cada mês, até a data de atualização, limitado ao número total de dias úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro; e

dut = número de dias úteis contidos entre a data-base anterior e a próxima data-base, sendo "dut" um número inteiro.



No caso das Debêntures da 2ª Série, para apuração do fator "C" considera-se "mês de início de atualização" (i) até a data da primeira incorporação de Juros o mês de junho de 2008 e (b) após a data da primeira incorporação de Juros o mês da data de cada incorporação de Juros.

Considera-se "mês de atualização" o mês compreendido entre duas datas de aniversário consecutivas e "data de aniversário" todo dia 13 de cada mês. Caso o dia 13 de cada mês não seja dia útil, prorroga-se a data para o primeiro dia útil subsequente.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A Atualização Monetária deverá ser calculada com base na parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série efetivamente amortizado nas datas de pagamento da amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série, conforme fórmula a seguir:

$AT = AMT \times (C-1)$ , onde:

AT = Atualização Monetária relativa a cada uma das Debêntures, a ser paga com as parcelas das amortizações do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série;

AMT = parcela de amortização do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da respectiva Série;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com oito casas decimais, sem arredondamento, conforme definido acima.

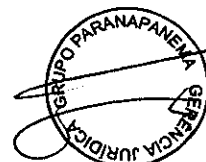
Os fatores resultantes das expressões  $\left[ \frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{d_{p,n}}{d_{a,n}}}$  e  $\left[ \frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{d_{p,n}}{d_{a,n}}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento.

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

#### 4.8.2. JUROS

4.8.2.1. *Juros das Debêntures da 1ª Série.* As Debêntures da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 6% (seis por cento) ao ano, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série atualizado pela Atualização Monetária, de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento ("Juros da 1ª Série", e, em conjunto com a Atualização Monetária da 1ª Série, "Remuneração da 1ª Série").

4.8.2.2. *Juros das Debêntures da 2ª Série.* As Debêntures da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 9% (nove por cento) ao ano, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série



atualizado pela Atualização Monetária, de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou desde a data de pagamento de Juros imediatamente anterior, até a data de seu efetivo pagamento ("Juros da 2ª Série", e, em conjunto com a Atualização Monetária da 2ª Série, "Remuneração da 2ª Série").

00 00 00 00 00 00  
00 00 00 00 00 00  
00 00 00 00 00 00  
00 00 00 00 00 00

4.8.2.3 Os Juros das Debêntures serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}, \text{ onde:}$$

J = valor dos Juros relativos a cada uma das Debêntures da respectiva série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da respectiva Série ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da respectiva Série, em ambos os casos, atualizado pela Atualização Monetária, calculado com seis casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = Fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

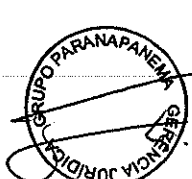
taxa = 6 (seis) para as Debêntures da 1ª Série e 9 (nove) para as Debêntures da 2ª Série; e

DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de juros imediatamente anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

#### 4.8.3. PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

4.8.3.1. *Pagamento da Remuneração da 1ª Série:* A Remuneração da 1ª Série será paga na Data do Vencimento e na data de qualquer amortização antecipada ("Data de Pagamento de Remuneração da 1ª Série").

4.8.3.2. *Pagamento da Remuneração da 2ª Série:* A Remuneração da 2ª Série será paga da seguinte forma: (i) a Atualização Monetária será paga nas mesmas datas de pagamento das parcelas de amortização e (ii) os Juros serão pagos anualmente a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 13 de junho de 2009, e ainda na data de qualquer amortização antecipada ("Data de Pagamento de Remuneração da 2ª Série"), ressalvado que:

  
13

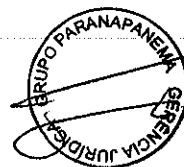
- (a) o montante de Juros exigível em 13 de junho de 2009 será igual a 5% (cinco por cento) dos Juros devidos da 2ª Série, sendo incorporados ao Saldo do Valor Nominal Atualizado os 95% (noventa e cinco por cento) dos Juros devidos;
- (b) o montante de Juros exigível em 13 de junho de 2010 será igual a 50% (cinquenta por cento) dos Juros da 2ª Série devidos, sendo incorporados ao Valor Nominal Atualizado os 50% (cinquenta por cento) dos Juros devidos; e
- (c) a partir de 13 de junho de 2011, inclusive, o pagamento dos Juros da 2ª Série devidos será integral.

#### 4.8.4. INDISPONIBILIDADE, IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO OU EXTINÇÃO DAS TAXAS DE REMUNERAÇÃO

4.8.4.1. Observado o disposto abaixo, no caso de indisponibilidade temporária do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA") quando da determinação do preço de subscrição, ou ainda da apuração ou pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, será utilizada, em sua substituição, para determinação do fator "C", descrito na Cláusula 4.8.1 acima, a última projeção de IPCA, conforme acordado pelo Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da ANDIMA, ou na sua falta o último IPCA, divulgado oficialmente, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA respectivo.

4.8.4.2. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação do IPCA por mais de dez dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção do IPCA ou de impossibilidade de aplicação do IPCA por imposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal do IPCA, conforme o caso, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até dois dias úteis contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta cláusula, convocar assembléia geral de Debenturistas ("AGD") da 1ª Série e/ou da 2ª Série para deliberar, de comum acordo com a Companhia, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração da 1ª Série e/ou da Remuneração da 2ª Série, conforme o caso ("Taxa Substitutiva"). Até o momento da definição da Taxa Substitutiva ou da definição, pela Companhia, entre o disposto nos dois subitens abaixo, conforme o caso, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, será utilizado para apuração do fator "C", o último IPCA divulgado oficialmente, conforme o caso.

4.8.4.3. Caso o parâmetro de Remuneração em vigor venha a ser divulgado antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e o parâmetro de Remuneração divulgado passará novamente a ser utilizada para o cálculo dos rendimentos das Debêntures.



4.8.4.4. Caso não haja acordo na AGD sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas da respectiva Série, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures de cada série em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por umas das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

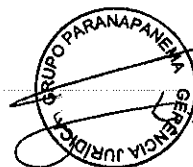
- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação da respectiva Série, com seu conseqüente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração respectiva das Debêntures devido até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Neste caso será utilizado para cálculo da Remuneração das Debêntures o último IPCA divulgado oficialmente; ou
- (b) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu conseqüente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento da respectiva série. Nesta alternativa, caso a Emissora pretenda realizar o resgate das Debêntures em mais de uma data, o resgate deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para resgate das Debêntures e até o resgate integral das Debêntures será utilizado o parâmetro de Remuneração a ser definido pelos Debenturistas e apresentado à Emissora na AGD a que se refere esta cláusula. Caso a Emissora opte por esta alternativa, aqueles titulares de Debêntures que não concordarem com o cronograma proposto pela Emissora terão a faculdade de vender as suas Debêntures, e a Emissora terá a obrigação de adquirir tais Debêntures.

#### 4.9. LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP, ou por meio do Banco Mandatário e Escriturador das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP.

#### 4.10. IMUNIDADE DOS DEBENTURISTAS

Caso qualquer titular de Debênture goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária. No caso de não envio da documentação comprobatória, o Banco Mandatário e Escriturador fará as retenções na forma da lei, desconsiderando qualquer imunidade ou isenção.



#### 4.11. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros moratórios ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional ou qualquer outro dia em que por qualquer motivo não haja expediente nas referidas instituições.

#### 4.12. ENCARGOS MORATÓRIOS

Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos da Remuneração da 1ª Série e da Remuneração da 2ª Série (conforme definidos no item 4.8.3) desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

#### 4.13. MORA DO DEBENTURISTA

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do seu respectivo vencimento.

#### 4.14. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

4.14.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, na Data de Emissão, atualizado e remunerado, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

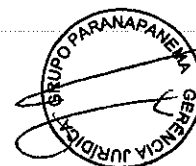
4.14.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição: (i) em moeda corrente nacional e/ou (ii) por meio de créditos detidos contra a Emissora, decorrentes do Acordo de Reestruturação, atualizados *pro rata temporis* até a data de integralização.

#### 4.15. CIRCULAÇÃO

As Debêntures não poderão ser alienadas até sua amortização integral.

#### 4.16. FUNDO DE MANUTENÇÃO DE LIQUIDEZ E ESTABILIZAÇÃO

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.





#### 4.17. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e nos jornais Diário do Grande ABC e Valor Econômico.

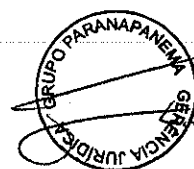
#### 4.18. GARANTIA REAL

4.18.1. Para assegurar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias, principais e acessórias assumidas na presente Escritura (incluindo, mas não se limitando ao pagamento de principal, Remuneração e encargos moratórios relativos às Debêntures), a Emissora empenhou em favor dos titulares das:

- (i) Debêntures da 1ª Série, nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças”, firmado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, tendo como anuentes intervenientes Mineração Taboca S.A., e Cibrafertil Companhia Brasileira de Fertilizantes, em 13 de junho de 2008 (“Contrato de Garantia”), cuja cópia encontra-se anexa à presente Escritura como Anexo I, as ações de emissão da Cibrafertil Companhia Brasileira de Fertilizantes de titularidade da Emissora; livres e desimpedidas de quaisquer ônus e gravames nesta data; e
- (ii) Debêntures da 2ª Série, nos termos do Contrato de Garantia, cuja cópia encontra-se anexa à presente Escritura como Anexo I, as ações de emissão da Mineração Taboca S.A. de titularidade da Emissora; livres e desimpedidas de quaisquer ônus e gravames nesta data.

4.18.2. Fica desde já estabelecido que se houver diminuição do valor da Garantia Real durante o prazo das Debêntures, a Emissora não estará obrigada a efetuar o reforço da Garantia Real. Ademais, fica desde logo estabelecido que, se o valor da Garantia Real passar a ser inferior ao valor das Garantias dadas, os créditos de titularidade dos debenturistas que não puderem ser satisfeitos com a Garantia Real serão considerados créditos quirografários para todos os efeitos legais, independentemente de qualquer aditamento à presente Escritura.

4.18.3. Para fins de avaliação da Garantia Real, verificou-se o valor patrimonial contábil das companhias subsidiárias da Emissora, disponibilizado nas informações financeiras trimestrais mais recentes à data da presente Escritura, qual seja, 31 de março de 2008. Conforme evidenciado nas informações financeiras trimestrais relativas a 31 de março de 2008, o valor patrimonial contábil das ações empenhadas da Cibrafertil Companhia Brasileira de Fertilizantes, era de R\$20.233.242,24, que serve de Garantia Real às Debêntures da 1ª Série, e o valor patrimonial contábil das ações empenhadas da Mineração Taboca S.A., era de R\$6.497.356,28, que serve de Garantia Real às Debêntures da 2ª Série.



4.18.4 O valor patrimonial contábil das ações da Cibrafertel Companhia Brasileira de Fertilizantes e da Mineração Taboca S.A. será o critério inicial utilizado para a avaliação das ações dadas em garantia.

#### 4.19. REPACTUAÇÃO

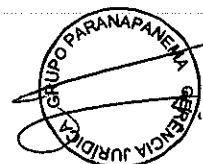
As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.

### CLÁUSULA V - VENCIMENTO ANTECIPADO

#### 5.1. HIPÓTESES DE VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1.1. O Agente Fiduciário deverá, respeitando o procedimento da Cláusula 5.1.2 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração, devida desde a data da Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (cada um, um "Evento de Inadimplemento"):

- (a) o protesto reiterado de títulos contra a Emissora, do qual resulte risco à sua solvência;
- (b) recuperação judicial/extrajudicial formulado pela Emissora;
- (c) o início do processo de dissolução ou de liquidação da Emissora, salvo se aprovado pelas debenturistas;
- (d) a alteração formal do objeto da Emissora, salvo se aprovada pelos debenturistas;
- (e) o vencimento antecipado de qualquer outra dívida ou dívidas da Emissora em razão de inadimplemento contratual, cujo montante, somado, seja igual ou superior a R\$54.005.656,02 (cinquenta e quatro milhões, cinco mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e dois centavos), montante esse que deverá ser corrigido anualmente pela variação do IPCA desde a Data de Emissão;
- (f) a inclusão, em acordo de acionistas ou no estatuto da Emissora, de dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que importem em restrições à capacidade da Emissora ou às Empresas Operacionais ou ao seu desenvolvimento tecnológico ou àquele das Empresas Operacionais;
- (g) a incorporação, fusão, cisão, transformação ou qualquer outra reorganização societária da Emissora ou das Empresas Operacionais sem a prévia e expressa aprovação das debenturistas;
- (h) a redução do capital da Emissora sem a prévia e expressa aprovação das Debenturistas;



- (i) a criação de ações resgatáveis pela Emissora sem a prévia e expressa aprovação das Debenturistas;
- (j) a troca de controle da Emissora sem a prévia e expressa aprovação das Debenturistas;
- (k) o cancelamento voluntário ou involuntário do registro de companhia aberta sem a prévia e expressa aprovação das Debenturistas;
- (l) a aquisição pela Emissora ou pelas Empresas Operacionais de qualquer participação societária em empresa cujo objeto seja estranho ao objeto da Emissora ou das Empresas Operacionais;
- (m) a participação da Emissora ou de qualquer das Empresas Operacionais em consórcios ou associações ou arranjos similares cujo objeto seja estranho ao objeto da Emissora ou das Empresas Operacionais;
- (n) a realização de investimento igual ou superior a R\$54.005.656,02 (cinquenta e quatro milhões, cinco mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e dois centavos) pela Emissora ou pelas Empresas Operacionais não previstos em orçamento anual, sem a prévia e expressa aprovação dos debenturistas, montante este que deverá ser corrigido anualmente pela variação do IPCA desde a Data de Emissão;
- (o) a contratação pela Emissora ou pelas Empresas Operacionais de qualquer empréstimo ou financiamento ou a concessão de qualquer garantia real ou fidejussória, fora do curso ordinário de seus respectivos negócios que, isolada ou cumulativamente, no período compreendido no orçamento anual então em vigor, seja igual ou superior a R\$53.960.618,69 (cinquenta e três milhões, novecentos e sessenta mil, seiscentos e dezoito reais e sessenta e nove centavos), sem a prévia e expressa aprovação dos debenturistas, montante este que deverá ser corrigido anualmente pela variação do IPCA desde a Data de Emissão;
- (p) celebração pela Emissora ou pelas Empresas Operacionais de contratos de qualquer natureza fora do curso ordinário de seus respectivos negócios que, isolada ou cumulativamente, no mesmo exercício social, impliquem em criação de obrigação ou obrigações em montante igual ou superior a R\$54.005.656,02 (cinquenta e quatro milhões, cinco mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e dois centavos), sem a prévia e expressa aprovação das debenturistas, montante esse que deverá ser corrigido anualmente pela variação do IPCA desde a Data de Emissão; ou
- (q) a oneração voluntária ou a alienação de qualquer ativo permanente da Emissora ou das Empresas Operacionais de valor contábil individual superior a R\$54.005.656,02 (cinquenta e quatro milhões, cinco mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e dois centavos) sem prévia autorização dos Debenturistas.

5.1.2. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, AGD de cada uma das



Séries para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures das respectivas séries, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 8.1 abaixo e quorum de aprovação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures de cada Série. A AGD de cada Série deverá se realizar no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação do edital relativo à primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias a contar da data de publicação do edital relativo à segunda convocação, se aplicável, sendo que, na hipótese de segunda convocação, o respectivo edital deverá ser publicado no primeiro dia útil imediatamente posterior à data indicada para a realização da AGD de cada Série nos termos da primeira convocação.

5.1.3. Caso (i) não haja acordo entre os Debenturistas de cada Série e a Emissora na respectiva AGD ou (ii) caso não haja deliberação em AGD, inclusive por não instalação desta, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures de cada Série e exigir o pagamento do que for devido, a menos que, na AGD respectiva, Debenturistas que representem pelo menos 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva Série, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures da Série relativa.

5.1.4. Para fins do item (b) da Cláusula 5.1.1 acima, será considerado como pedido ou decretação de recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

5.1.5. Na hipótese de qualquer inadimplemento na 1ª Série ou na 2ª Série, ocorrerá o vencimento antecipado da totalidade das Debêntures da Emissão.

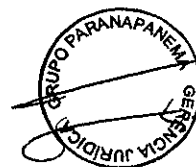
## 5.2. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

5.2.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Cláusula V, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário remanescente acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da respectiva Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos detentores das Debêntures nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula X desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.12.

## CLÁUSULA VI - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. A Emissora adicionalmente obriga-se a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

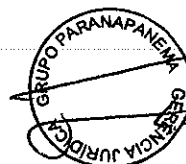


ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES,  
DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA PARANAPANEMA S.A.

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora;
- (ii) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo a Instrução CVM n.º 247, de 27 de março de 1996 ("Instrução CVM n.º 247/96") e demais normas de consolidação emitidas pela CVM;
- (iii) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados na Cláusula 5.1 acima, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura;
- (iv) cópia de suas informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993 ("Instrução CVM n.º 202/93") e suas alterações posteriores;
- (v) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão e que de alguma forma envolvam o interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (vi) informações sobre qualquer descumprimento de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, sem prejuízo do disposto na letra ("d") abaixo;
- (vii) informação sobre qualquer descumprimento de obrigação pecuniária cujo valor devido e não pago, individualmente ou em série de operações, exceda R\$54.005.656,02 (cinquenta e quatro milhões, cinco mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e dois centavos) (o qual deverá ser atualizado pela variação do IPCA entre a Data de Emissão e a data de sua apuração); e
- (viii) atualização da avaliação das ações objeto da garantia real de que trata o Anexo I, por meio da verificação das demonstrações e informações financeiras emitidas pelos auditores independentes da Emissora, devendo ser enviado ao Agente Fiduciário em até 30 (trinta) dias de sua disponibilização ao mercado;



- (b) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta perante a CVM;
- (c) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, relacionadas com as Debêntures, inclusive mediante envio de documentos, e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM, observada a legislação aplicável, devendo manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas na forma exigida pela CVM;
- (d) notificar imediatamente o Agente Fiduciário, observadas as disposições aplicáveis à política de divulgação de informações da Emissora aprovada pelo Conselho de Administração, sobre qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que na opinião da Emissora: (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura; (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; ou (iii) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura;
- (e) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (f) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (g) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e/ou com esta Escritura, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares em vigor;
- (h) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, Banco Mandatário e Escriturador e Agente Fiduciário, além do SND;
- (i) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas e os princípios contábeis previstos da Lei das Sociedades por Ações e os princípios prescritos pela CVM ("Práticas Contábeis Adotadas no Brasil");
- (j) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- (k) conduzir todas as operações com partes relacionadas, em valores de mercados equitativos;
- (l) convocar, nos termos da Cláusula VIII, AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com as Debêntures, caso o Agente Fiduciário não o faça; e



- (m) aplicar os recursos obtidos na Emissão conforme determinado nesta Escritura, bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos.

6.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, e outras despesas e custos comprovada e razoavelmente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura.

6.2.1. As despesas a que se refere à Cláusula 6.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outros que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (c) despesas de viagem, quando necessárias ao desempenho de suas funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

6.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas comprovadas e razoavelmente incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma das Cláusulas 6.2. e 6.2.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures na ordem de pagamento.

6.2.3. O ressarcimento das despesas será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

6.2.4. O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere a Cláusula 6.2 acima, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos



Handwritten signature and initials.

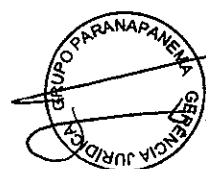
Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.

#### CLÁUSULA VII - AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora nomeia e constitui a Pavárhini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura, como agente fiduciário da Emissão, que, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da legislação e regulamentação aplicável e da presente Escritura, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

7.2. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

- (a) conhecer e aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação aplicável e nesta Escritura;
- (b) aceitar integralmente a presente Escritura, todas suas cláusulas e condições;
- (c) sob as penas da lei, não estar impedido, nos termos do artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM nº 28/83"), e eventuais alterações para exercer a função que lhe é conferida;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções;
- (e) que é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (f) que está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) que os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (i) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) ter verificado os limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações e que esses limites foram atendidos pela Emissora;





- (k) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83;
- (l) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tiverem conhecimento;
- (m) verificou a regularidade das garantias constituídas e o valor dos bens dados em garantia e observará sua suficiente manutenção e exeqüibilidade; e
- (n) está ciente da regulamentação aplicável, inclusive a emanada pelo Banco Central do Brasil e pela CVM.

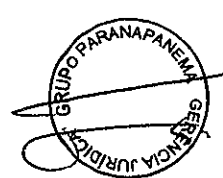
7.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

7.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a seguinte remuneração, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura:

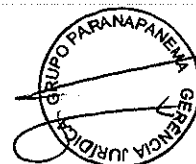
- (a) parcelas anuais de R\$14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais), sendo que a primeira parcela será paga no quinto dia útil após a obtenção do registro da Emissão pela CVM, e as demais a cada 12 meses.
- (b) as parcelas dispostas nas alíneas acima serão atualizadas anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV"), a partir da data da assinatura desta Escritura, ou, na falta deste, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura;
- (c) a remuneração prevista na alínea (a) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora;
- (d) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% ao mês; e
- (e) as parcelas serão acrescidas do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), do Programa de Integração Social (PIS), COFINS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.5. São deveres do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:

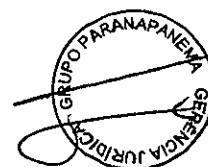
- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;



- (b) evitar conflito de interesses e, se for o caso, renunciar à função, na hipótese de superveniência, ou de que qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas e defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações e no fornecimento de documentos obrigatórios, inclusive aqueles previstos na Cláusula VI desta Escritura, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos jornais indicados na Cláusula 4.17 desta Escritura;
- (k) enviar à CVM e ao SND, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à AGD;
- (l) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) enviar à CVM e ao SND, no mesmo dia da AGD, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembléia;
- (n) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;



- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (v) resgate, amortização e pagamento da Remuneração das Debêntures e outros pagamentos como aquisições e vendas de Debêntures realizados no período;
  - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da 1ª Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (vii) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
  - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - (ix) declaração sobre a suficiência e exeqüibilidade das garantias ora constituídas; e
  - (x) declaração sobre sua aptidão para continuar no exercício da função de Agente Fiduciário e relação dos bens e valores entregues à sua administração.
- (o) colocar o relatório de que trata a Cláusula anterior à disposição dos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
  - (ii) no seu escritório e no seu site de Internet ou, quando instituição financeira, no local por esta indicado;
  - (iii) na CVM, SND e CETIP;
  - (iv) nas Bolsas de Valores e mercados de balcão organizado em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora;
  - (v) nas dependências da instituição financeira que liderar a colocação das Debêntures da 1ª Emissão, conforme por esta indicado;
- (p) publicar, às expensas da Emissora, nos jornais indicados na Cláusula 4.17. desta Escritura, anúncios comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (o) acima;
- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora e ao Banco Mandatário e Escriturador;
- (r) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, se for o caso;



- (s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer; e
- (t) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplência, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores ou mercado de balcão organizado em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora. Caso não seja possível notificar individualmente os Debenturistas, o Agente Fiduciário fará publicar a comunicação de que trata esta alínea (r) nos jornais e na forma indicada na Cláusula 4.17 desta Escritura.

7.6. Observado o disposto na Cláusula 6.2.4 acima, no caso de inadimplência da Emissora, o Agente Fiduciário adotará todas as medidas (judiciais ou extrajudiciais) para proteger direitos ou defender interesses da comunhão dos Debenturistas, devendo, para tanto:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures na forma e nas hipóteses permitidas nesta Escritura e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura;
- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, quando aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou similar, liquidação, dissolução e/ou extinção da Emissora.

7.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá de responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b), e (c) da Cláusula 7.6 acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese de que trata a alínea (d) da Cláusula 7.6 acima, será suficiente a deliberação por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação.

7.7. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, liquidação, dissolução, extinção ou qualquer outro caso de vacância na função de Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário superior a ora avençada para o Agente Fiduciário.



7.7.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário, por circunstâncias posteriores à Emissão, ficar impedido de continuar a exercer a função, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas e pedir sua substituição.

7.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim e mediante o voto afirmativo dos detentores de metade mais uma das Debêntures em Circulação.

7.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela de remuneração devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

7.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita a comunicação prévia à CVM e às normas aplicáveis.

7.7.5. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, será objeto de aditamento à Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.7.6. Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

7.7.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, este deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data do último pagamento da remuneração prevista na Cláusula 7.4. desta Escritura até a data da efetiva substituição do Agente Fiduciário, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados.

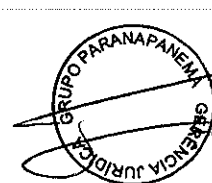
## CLÁUSULA VIII - ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

### 8.1. CONVOCAÇÃO

8.1.1. Os Debenturistas de cada uma das Séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

8.1.2. A AGD de cada uma das Séries pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da respectiva Série em Circulação, ou pela CVM.

8.1.3. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de



assembléias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.4. Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembléia geral de acionistas.

8.1.5. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia em primeira convocação.

8.1.6. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures da respectiva Série.

8.1.7. Nas deliberações da AGD, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto *quorum* qualificado em leis ou na presente Escritura.

8.1.8. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação da respectiva Série, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva AGD.

## 8.2. QUORUM DE INSTALAÇÃO

8.2.1. A AGD de cada uma das Séries se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação de cada Série, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

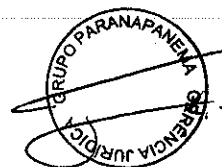
8.2.2. Para efeito da constituição de todo e qualquer quorum de instalação e/ou de deliberação de AGD de cada Série, previstos na Escritura ou na legislação aplicável, consideram-se como Debêntures em Circulação todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de (i) controladas; (ii) controladoras (ou grupo de controle da Emissora ou controladas); (iii) administradores da Emissora, das controladas e controladoras; (v) parentes de até segundo grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (iv) acima. ("Debêntures em Circulação").

8.2.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs.

## 8.3. MESA DIRETORA

8.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito no mínimo pela maioria dos titulares das Debêntures da respectiva Série presentes à Assembléia ou àquele que for designado pela CVM.

8.3.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.



#### 8.4. QUORUM DE DELIBERAÇÃO

8.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação, conforme definida na Cláusula 8.2.2 caberá um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As Debêntures não consideradas "Debêntures em Circulação" não terão direito a voto.

8.4.2. Observado o disposto nesta Escritura, as deliberações serão tomadas por Debenturistas representando a maioria simples do total das Debêntures em Circulação de cada Série, salvo nos casos em que for estabelecido quorum específico, nos termos da presente Escritura ou da legislação em vigor.

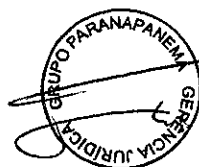
8.4.3. Os eventos de vencimento antecipado previstos na Cláusula V desta Escritura deverão ser aprovados, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação da Série afetada.

8.4.4. As alterações das características e condições das Debêntures e da Emissão previstas nesta Escritura deverão ser aprovadas na assembléia geral dos Debenturistas da 1ª Série e na assembléia geral dos Debenturistas da 2ª Série, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação de cada Série.

#### CLÁUSULA IX - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

9.1. A Emissora declara e garante aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário que na data da assinatura desta Escritura:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários;
- (c) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura, a realização da Emissão e a colocação das Debêntures não infringem de nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento relevante para os negócios da Emissora dos quais a Emissora seja parte nem resultará em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de nenhum ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora;
- (f) a Emissora, nesta data, detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades, as quais



se encontram válidas e em pleno efeito, exceto nas hipóteses em que a falta de obtenção ou de manutenção das referidas autorizações e licenças não comprometa a capacidade operacional da Emissora;

- (g) a Emissora cumpre as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, exceto aquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados, ou aquelas cujo descumprimento não possa afetar de maneira adversa relevante a Emissora;
- (h) as demonstrações financeiras da Emissora referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2005, 2006 e 2007 e no período compreendidos de três meses encerrado em 31 de março de 2008 representam corretamente a condição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil;
- (i) exceto pelas contingências informadas no formulário de Informações Anuais, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, de conhecimento da Emissora, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades;
- (j) esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, no que se refere exclusivamente à Emissora.

#### CLÁUSULA X – NOTIFICAÇÕES

- 10.1. Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das Partes, nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Paranapanema S.A.

Rua Felipe Camarão, 500 - Utinga

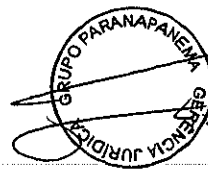
09220-901 - Santo André, São Paulo

At.: Sra. Doris Beatriz França Wilhelm/ Sr. Luiz Antonio de S.Q. Ferraz Jr.

Telefone: (11) 2199 7904 / 2199-7628

Fax: (11) 4461 4043

Email: [dwillhelm@paranapanema.com.br](mailto:dwillhelm@paranapanema.com.br) / [ferraz@paranapanema.com.br](mailto:ferraz@paranapanema.com.br)





ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES, CONVERTÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES,  
DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA PARANAPANEMA S.A.

Para o Agente Fiduciário:

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Rua Sete de Setembro 99, 24º andar

20050-005 Rio de Janeiro, RJ

At.: Carlos Alberto Bacha/Rinaldo Rabello Ferreira

Telefone: (21) 2507-1949

Fac-símile: (21) 2507-1949

Email: [pavarini@pavarini.com.br](mailto:pavarini@pavarini.com.br)

Para o Banco Mandatário e Escriurador:

Banco Itaú S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100

04344-932 São Paulo, SP

At.: José Nilson Cordeiro

Tel.: (11) 5029-1317

Fax (11) 5029-1917

E-mail: [jose-nilson.cordeiro@itau.com.br](mailto:jose-nilson.cordeiro@itau.com.br)

Para a CETIP:

Câmara de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP

Rua Líbero Badaró, 425/24º andar,

01009-000 São Paulo, SP.

Av. República do Chile, 230, 11º andar,

20031-170 Rio de Janeiro, RJ.

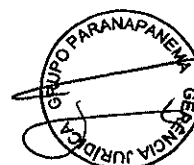
[www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)

10.2. Os documentos e as comunicações serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações efetuadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo expedido pelo equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

10.3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços mencionados na Cláusula 10.1 acima em até 24 (vinte e quatro) horas após o envio da mensagem.

### CLÁUSULA XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos ou faculdades ou constituirá uma renúncia aos mesmos ou concordância com



tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

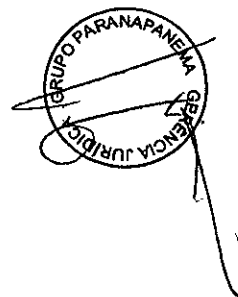
11.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.4. Esta Escritura constitui o único e integral negócio entre as Partes, com relação ao negócio nela previsto.

11.5. As palavras e os termos constantes desta Escritura, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira ou não, que, eventualmente, durante a vigência da presente proposta, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

11.6. As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

11.7. Fica eleito o foro central da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.



Handwritten signature and initials at the bottom right of the page.

ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES,  
DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA PARANAPANEMA S.A.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura em 4º (quatro)  
vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, juntamente com as 02º (duas)  
testemunhas abaixo.

São Paulo, 13 de junho de 2008.

PARANAPANEMA S.A.

Nome:

*Cezário R. V. Haenel*  
RG 3 170 597  
CPF 025 672 888-72

Cargo:

Nome:

*Doris Beatriz França Wilhelm*  
Diretora de Relações com Investidores  
RG 29.334.554-5 SSP/SP CPF 104.006.250-19

Cargo:

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome:

*Marcus Venicius B. da Rocha*  
CPF 961.101.807-00  
Diretor

Cargo:

Nome:

*Carlos Alberto Bacha*

Cargo:

TESTEMUNHAS:

Nome:

*Kátia Bika*

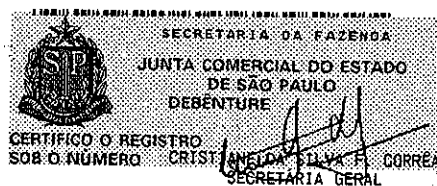
RG: 19.825.367-9

Nome:

*João Rodolfo Montenegro*

RG:

17.448.825-7



JUCESP

**ANEXO I**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES E  
OUTRAS AVENÇAS**

O presente Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças (doravante designado simplesmente “Contrato”) é celebrado em 13 de junho de 2008, entre:

**PARANAPANEMA S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Felipe Camarão, n.º 500, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.398.369/0001-26, neste ato representada por seus representantes legais na forma prevista em seu Estatuto Social (“Companhia”);

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.227.994.0001-50, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das Debêntures, conforme abaixo definida (os “Debenturistas”), neste ato representada na forma de seu contrato social “Agente Fiduciário”;

e, na qualidade de intervenientes, e doravante denominadas “Empresas Operacionais”, todas sob controle da Companhia,

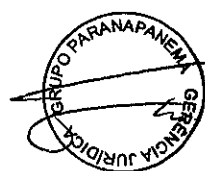
**MINERAÇÃO TABOCA S.A.**, companhia com sede na Av. Constantino Nery n.º 2789, 10º andar, salas n.º 1003 e 1004, Bairro Chapada, na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 34.019.992/0001-10, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos (“Taboca”);

**CIBRAFÉRTIL COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES**, companhia com sede na Rua Felipe Camarão n.º 500, na cidade de Santo André, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.117.842/0003-90-28, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos (“Cibrafertil”);

contendo as seguintes considerações:

**CONSIDERANDO QUE:**

1. A Companhia realizará uma emissão de 1.900 (hum mil e oitocentas) debêntures, de valor unitário de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) em 2 (duas) Séries, sendo 400 (quatrocentas) debêntures do valor total de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), relativos à 1ª Série (“Debêntures da 1ª Série”), e 1.500 (hum mil e quinhentas) debêntures do valor total de e R\$R\$750.000.000,00, relativos à 2ª Série (“Debêntures da 2ª Série” e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, “Debêntures”), de acordo com os termos e condições definidos na Escritura Particular da 6ª Emissão de Debêntures, Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie



com Garantia Real, para Distribuição Pública da Paranapanema S.A. (a "Escritura"), celebrada entre a Companhia e o Agente Fiduciário;

2. De acordo com a Cláusula 4.18 da Escritura, a Companhia se obrigou a formalizar, em favor do Agente Fiduciário na qualidade de representante da comunhão de debenturistas, como garantia à emissão das Debêntures, o penhor da totalidade das ações atualmente livres e desimpedidas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão das Empresas Operacionais e de titularidade da Companhia, em garantia das Debêntures.

ASSIM SENDO, levando-se em consideração o acima disposto, vêm por meio deste e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças ("Contrato"), que será regido e interpretado pelas seguintes cláusulas e condições:

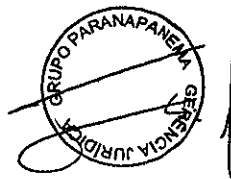
### DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. Em conformidade com as disposições abaixo estabelecidas, o objeto deste Contrato é a constituição de penhor sobre as Ações, para assegurar o pagamento pela Companhia aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, da Dívida Garantida, conforme definido abaixo.

1.2. Para os fins do artigo 1.424 do Código Civil, as dívidas garantidas são compostas por todas as obrigações da Companhia de pagamento de principal, juros remuneratórios e moratórios aos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos da Escritura ("Dívida Garantida").

### DA CONSTITUIÇÃO DO PENHOR DE AÇÕES

2.1. Nos termos do Anexo 2 do Acordo para a Reestruturação Financeira da Paranapanema S.A. e Outras Avenças ("Acordo de Reestruturação"), celebrado em 19 de dezembro de 2006, conforme aditado, a Companhia constitui (i) garantia pignoratícia, com o penhor de ações de emissão de Cibrafértil, de titularidade da Companhia, em relação à Dívida Garantida relativa às Debêntures da 1ª Série ("Ações Cibrafértil"), e (ii) garantia pignoratícia, com o penhor de ações de emissão de Taboca, de titularidade da Companhia, em relação à Dívida Garantida relativa às Debêntures da 2ª Série ("Ações Taboca", e em conjunto com Ações Cibrafértil, "Ações").



Handwritten signature and initials.

2.2. Atualmente, as Ações possuem as seguintes características:

Companhia Emissora das Ações	Titular das Ações	Forma das Ações	Quantidade Total das Ações Empenhadas	% do Capital Social representado pelas Ações
Taboca	Companhia	Nominativas	1.009.895.299	99,9999995%
Cibrafertil	Companhia	Nominativas	439	98,87%

2.3. Para garantir o integral e pontual pagamento da Dívida Garantida, a Companhia neste ato dá em penhor de primeiro grau em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, (i) as Ações; e (ii) os direitos, desdobramentos, bonificações (incluindo os dividendos) e outros direitos similares relacionados às Ações e/ou Ações Adicionais.

2.4. Enquanto a Companhia estiver cumprindo regularmente as obrigações decorrentes da Escritura, os dividendos e bonificações serão liberados à Companhia. Na hipótese de inadimplemento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária da Escritura, as Empresas Operacionais obrigam-se a depositar todos os pagamentos oriundos dos dividendos e bonificações decorrentes das Ações na conta mantida pelo Agente Fiduciário, e informada à Companhia, para reforçar a garantia do integral e pontual pagamento da Dívida Garantida.

2.5. Durante a vigência do presente Contrato, a Companhia não poderá vender ou de outra forma transferir as Ações, salvo mediante o consentimento prévio e por escrito dos Debenturistas a ser deliberado em Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula V da Escritura.

2.6. O penhor ora constituído, as disposições contidas no presente Contrato e a proibição de transferência das Ações sem o consentimento prévio por escrito dos Debenturistas descrito na Cláusula 2.5 acima, deverão ser averbados no Livro de Registro de Ações de cada uma das Empresas Operacionais, de acordo com os termos do artigo 39 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada posteriormente ("Lei das Sociedades por Ações").

2.7. A averbação no Livro de Registro de Ações das Empresas Operacionais deverá ter a seguinte redação:

*"Nos termos do Capítulo III, Seção VII, da Lei 6.404/76, as ações de número [NÚMERO INICIAL] a [NÚMERO FINAL] estão empenhadas em favor da comunhão dos titulares das debêntures da 6ª Emissão de Debêntures, Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública da Paranapanema S.A. representados pelo Agente Fiduciário Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., ações estas que estão vinculadas e sujeitas aos termos e condições do Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças firmado entre a Companhia e o Agente Fiduciário em 13 de junho de 2008, do qual uma cópia se encontra arquivada na sede desta Companhia, anexa ao presente Livro de Registro de Ações."*



2.8. A Companhia e as Empresas Operacionais entregarão ao Agente Fiduciário cópia autenticada das averbações contempladas no Livro de Registro de Ações das Empresas Operacionais na forma da Cláusula 2.7; bem como se comprometem a informar de imediato e entregar cópia autenticada de eventuais averbações adicionais requeridas de tempos em tempos, segundo os termos do presente Contrato.

2.9. O Agente Fiduciário será o responsável pela excussão do penhor a contar do eventual Evento de Inadimplemento, conforme definido abaixo, nos termos da Cláusula 4.1. abaixo.

#### OBRIGAÇÕES DA COMPANHIA

3.1. A Companhia obriga-se perante os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a menos que de outro modo autorizem, a cumprir as seguintes obrigações:

- (a) manter durante o período de vigência do presente Contrato, no mínimo, a sua atual participação no capital social das Empresas Operacionais;
- (b) não alienar, empenhar, gravar ou onerar as suas ações representativas do capital social das Empresas Operacionais, salvo o penhor de ações referido no item (c) abaixo;
- (c) manter empenhadas, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, durante o período de vigência do presente Contrato, a totalidade das Ações; e
- (d) não usar as ações dadas em garantia no presente Contrato para garantir novas obrigações de qualquer espécie.

#### DA EXCUSSÃO DA GARANTIA

4.1. O Agente Fiduciário, representando os Debenturistas fica, por meio deste, autorizado e habilitado, na hipótese da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, conforme definido abaixo, e durante a sua permanência, a dispor de, cobrar, receber, realizar, vender, seja em juízo ou de forma particular, ou ceder, total ou parcialmente, as Ações conforme preços e/ou em termos e condições que ele considerar apropriado e observado o disposto na cláusula 4.1.1. abaixo, independentemente de qualquer notificação à Companhia ou às Empresas Operacionais, observado o inciso IV, artigo 1.433 do Código Civil, e aplicar os recursos assim recebidos, exclusivamente no pagamento da Dívida Garantida.

4.1.1. Na hipótese de a venda das Ações ser realizada de forma particular, o seguinte procedimento deverá ser observado: os Debenturistas elegerão no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da ocorrência do Evento de Inadimplemento conforme definido na cláusula 6.1 abaixo, um laudo de avaliação com base no fluxo de caixa descontado deverá ser elaborado por uma dentre as instituições financeiras abaixo (a instituição financeira assim



selecionada pelos Debenturistas, a "Instituição Avaliadora"). A Instituição Avaliadora deverá ser uma entre as seguintes: Banco ABN AMRO Real S.A., a KPMG Corporate Finance Ltda. e/ou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, desde que, durante a avaliação, essa Instituição Avaliadora não tenha nenhum conflito de interesses envolvendo os Debenturistas, a Companhia ou as Empresas Operacionais que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções. Em caso de conflito de interesses, deverá ser contratada qualquer uma das Instituições Avaliadoras remanescentes. Caso todas essas potenciais Instituições Avaliadoras tenham conflito de interesse, a Companhia deverá prontamente indicar outra Instituição Avaliadora aceitável aos Debenturistas. Tal Instituição Avaliadora terá o prazo de 30 (trinta) dias para proceder à avaliação do preço das Ações, se for o caso, às expensas da Companhia ou das Empresas Operacionais, sendo que o valor apurado servirá como base em uma futura venda.

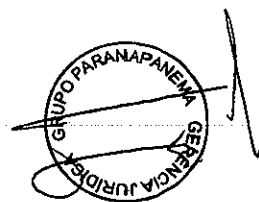
4.1.2. Após a utilização do produto da referida venda e transferência das Ações na liquidação das Dívidas Garantidas e das despesas incorridas na execução deste Contrato, o produto excedente, se houver, deverá ser entregue pelo Agente Fiduciário, à Companhia.

4.1.3. Para possibilitar o fiel cumprimento do presente instrumento, a Companhia outorga ao Agente Fiduciário, procuração, irretratável e irrevogável, nos termos do modelo constante do Anexo II, por meio da qual o Agente Fiduciário fica autorizado, no caso de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, na qualidade de mandatário da Companhia a firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários para tanto, incluindo os previstos no artigo 1.422, no inciso IV do artigo 1.433 e nos artigos 1.454 e 1.455 do Código Civil, e todas as faculdades previstas na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. O mencionado mandato é outorgado em caráter irrevogável e irretratável, durante todo o prazo de vigência da Dívida Garantida, sendo sua outorga condição essencial para a realização da Emissão e desta garantia, nos termos do artigo 684 do Código Civil.

4.2. Na hipótese de os Debenturistas deliberarem pela venda amigável, caso esta não se realize no prazo máximo de 1 (um) ano após o vencimento das debêntures, deverá o Agente Fiduciário promover a excussão da garantia, na via judicial.

#### DA NOTIFICAÇÃO À OUTRA PARTE

5.1. Caso o Agente Fiduciário deseje notificar a Companhia e/ou as Empresas Operacionais acerca da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento sob a Dívida Garantida, poderá livremente fazê-lo.



Handwritten signature and initials.



## DOS EVENTOS DE INADIMPLEMENTO

6.1. A garantia objeto do presente Contrato poderá ser executada, pelo Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos (os "Eventos de Inadimplemento"):

- (a) a ocorrência de qualquer das hipóteses dos artigos 1.425 e 333 do Código Civil Brasileiro; e
- (b) ocorrência de qualquer evento de vencimento antecipado, nos termos do Clausula 5.1.1 da Escritura.

## DOS DIREITOS DE VOTO APÓS UM EVENTO DE INADIMPLEMENTO

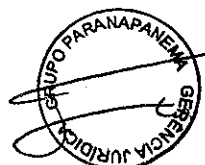
7.1. A qualquer tempo após a ocorrência de um Evento de Inadimplemento, a Companhia deverá exercer todos os direitos de voto relacionados à totalidade das ações detidas pela Companhia no capital social das Empresas Operacionais, em estrita observância às instruções escritas do Agente Fiduciário, abstendo-se de praticar quaisquer atos que conflitem com tais instruções, incluindo, entre outros, deliberações relacionadas a qualquer das seguintes matérias sempre que resolvidas por voto dos acionistas:

- (a) alterações ou outras modificações no Estatuto Social de qualquer uma das Empresas Operacionais;
- (b) declaração ou distribuição de dividendos e quaisquer outras espécies de distribuições de qualquer uma das Empresas Operacionais; e
- (c) liquidação, dissolução, falência, recuperação judicial ou extrajudicial, reorganização ou outro ato que possa implicar numa reestruturação financeira.

## DAS DECLARAÇÕES, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

8.1. A Companhia declara e garante que:

- (a) tem plenos poderes, autorização e capacidade para celebrar este Contrato e para cumprir suas obrigações contratuais;
- (b) tomou todas as medidas necessárias para autorizar a celebração e cumprimento deste Contrato;
- (c) o presente Contrato constitui uma obrigação legal, válida e exequível contra a Companhia de acordo com os termos ora contratados;
- (d) a celebração deste Contrato e o cumprimento de suas obrigações não infringem qualquer disposição legal, contratual ou obrigação anteriormente



assumida pela Companhia e não resultará na criação ou imposição de qualquer ônus sobre seus ativos, com exceção do penhor das Ações estabelecido por meio deste Contrato;

(e) a Companhia é a única e legítima titular das Ações;

(f) que as Ações estão na data deste Contrato, bem como estarão e permanecerão livres e desembaraçadas de quaisquer ônus e/ou gravames de qualquer natureza a partir da data de publicação do anúncio de início da distribuição pública das Debêntures;

(g) que tem pleno conhecimento dos termos da Escritura.

**8.2.** As declarações e garantias aqui prestadas pela Companhia são válidas e verdadeiras nesta data, comprometendo-se a Companhia a indenizar e manter indene os Debenturistas contra todas e quaisquer reivindicações, danos, perdas, responsabilidades e despesas (incluindo, sem limitação, despesas e honorários advocatícios razoáveis) em que venham a incorrer ou que contra eles venham a ser cobrado, em cada caso em decorrência da inveracidade de quaisquer de suas declarações e garantias aqui contidas.

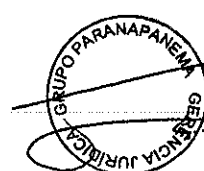
**8.2.1.** A Companhia compromete-se a encaminhar ao Agente Fiduciário dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou dentro no máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre social, quando for o caso, atualização das informações e valores previstos no item 2.4 deste Contrato.

**8.3.** O Agente Fiduciário declara e garante que:

(a) é uma instituição devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, devidamente autorizada a conduzir suas atividades comerciais e com poderes para livremente exercer a administração de seus bens;

(b) se encontra autorizado, nos termos de seu contrato social, da lei e pelas autoridades governamentais a cumprir e executar todas as disposições contidas neste Contrato e nenhuma outra autorização, consentimento ou aprovação, notificação ou registro respectivamente de, à ou com qualquer autoridade governamental ou qualquer outra pessoa foi exigido ou deve ser obtido ou feito para a devida celebração, entrega, protocolo, registro ou cumprimento deste Contrato ou de qualquer operação aqui contemplada; e

(c) a celebração, entrega e cumprimento do presente Contrato não viola qualquer dispositivo de seu contrato social, qualquer obrigação por ele anteriormente assumida ou quaisquer leis e regulamentos a que se encontre sujeito.



## DA DIVISIBILIDADE

9.1. A nulidade ou ineficácia de qualquer das cláusulas deste Contrato não prejudicará a validade e a eficácia das suas demais cláusulas. Caso qualquer das cláusulas deste Contrato venha a ser declarada nula, no todo ou em parte, as Partes, de boa-fé, envidarão esforços no sentido de substituir a cláusula declarada nula por outra de teor e objetivo equivalentes.

## DA AUSÊNCIA DE RENÚNCIA

10.1. O atraso ou não exercício pelo Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, de qualquer poder ou direito aqui contido não deverá operar como uma renúncia, e nem tampouco a novação ou alteração contratual, a não ser que assim seja expressamente manifestado pelo Agente Fiduciário. Os direitos e recursos estabelecidos no presente Contrato são cumulativos, poderão ser exercidos isolada ou simultaneamente e não excluem quaisquer direitos ou recursos estabelecidos em lei.

## DAS RENÚNCIAS E ADITAMENTOS; SUCESSORES E CESSIONÁRIOS

11.1. Toda e qualquer renúncia, aditamento ou modificação de qualquer dos termos ou disposições do presente Contrato somente será válida se por escrito e assinada pelas partes contratantes. O presente Contrato obriga as partes e seus respectivos sucessores e cessionários.

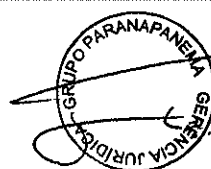
11.2. A Companhia não poderá ceder quaisquer de suas obrigações em virtude deste Contrato sem o consentimento prévio e por escrito do Agente Fiduciário ou seus sucessores ou cessionários. O consentimento prévio do Agente Fiduciário será deliberado em Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 8.4. da Escritura.

## DOS DIREITOS CUMULATIVOS

12.1. Os direitos, recursos, poderes e prerrogativas estipulados neste Contrato são cumulativos e não exclusivos de quaisquer outros direitos, poderes ou recursos estipulados pela lei.

## DAS NOTIFICAÇÕES

13.1. Qualquer aviso, instrução ou outro método de comunicação exigidos ou permitidos nos termos deste Contrato serão dados por escrito através de entrega em mãos, fac-símile, serviço de entrega rápida ou por correspondência registrada, com recibo de entrega, postagem paga antecipadamente, endereçados à parte que receber os mesmos em seus respectivos endereços conforme disposto abaixo, ou àquele outro endereço conforme tal parte possa designar através de aviso às demais partes.



ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES,  
DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA PARANAPANEMA S.A.

Se para a Companhia:

**Paranapanema S.A.**

Rua Felipe Camarão, n.º 500 - Utinga  
CEP: 09220-901 - Santo André, São Paulo  
Telefone: (11) 2199 7904 / 2199-7628  
Fax: (11) 4461 4043  
At.: Sra. Doris Beatriz França Wilhelm / Sr. Luiz Antonio de S. Q. Ferraz Jr.  
E-mail: [dwilhelm@paranapanema.com.br](mailto:dwilhelm@paranapanema.com.br) / [ferraz@paranapanema.com.br](mailto:ferraz@paranapanema.com.br)

Se para o Agente Fiduciário:

**Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar  
20050-005 Rio de Janeiro, RJ  
At.: Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira  
Telefone: (21) 2507-1949  
Fax: (21) 2507-1949  
E-mail: [pavarini@pavarini.com.br](mailto:pavarini@pavarini.com.br)

**13.2.** Todo e qualquer aviso, instrução e comunicação nos termos deste Contrato serão válidos e considerados entregues na data de seu recebimento, conforme comprovado através de protocolo assinado pela parte à qual são entregues ou, em caso de transmissão por fac-símile ou correio, com aviso de recebimento.

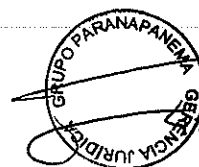
**DO REGISTRO DESTES CONTRATOS**

**14.1.** A Companhia por este ato se compromete a efetuar o registro do presente Contrato e qualquer alteração no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente no prazo de 10 (dez) dias úteis da data de assinatura do Contrato ou da respectiva alteração, bem como enviar uma via original devidamente registrada do Contrato e seus respectivos aditamentos ao Agente Fiduciário imediatamente após a realização dos referidos registros, além de manter arquivada uma cópia do Contrato e de seus respectivos aditamentos em sua sede social.

**DO PRAZO**

**15.1.** O presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título e permanece em vigor até o total cumprimento da Dívida Garantida.

**15.2.** Quando todas as obrigações referentes à Escritura tiverem sido irrevogavelmente quitadas, o Agente Fiduciário deverá praticar todos os atos e celebrar os documentos necessários à desoneração das Ações que ainda estiverem gravadas nos termos deste Contrato.



Handwritten signature and initials.

### DO FORO E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

16.1. As partes elegem o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como competente para dirimir toda e qualquer disputa decorrente do Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

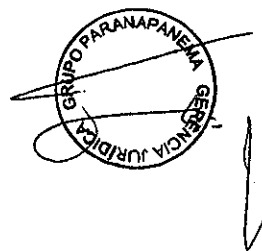
16.2. O Agente Fiduciário poderá, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas pela Companhia, conforme estabelecem os artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil.

### DEFINIÇÕES

17.1. Todos os termos em letras maiúsculas não expressamente definidos neste Contrato terão os significados a eles atribuídos na Escritura.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e conteúdo, na presença das testemunhas identificadas abaixo:

São Paulo, 13 de junho de 2008



Handwritten signature and initials, possibly "JW" and "Z", written in the bottom right corner of the page.

## INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS

O presente Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças (doravante designado simplesmente "Contrato") é celebrado em 13 de junho de 2008, entre:

**PARANAPANEMA S.A.**, sociedade por ações com sede na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Felipe Camarão, n.º 500, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.398.369/0001-26, neste ato representada por seus representantes legais na forma prevista em seu Estatuto Social ("Companhia");

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.227.994.0001-50, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das Debêntures, conforme abaixo definida (os "Debenturistas"), neste ato representada na forma de seu contrato social "Agente Fiduciário");

e, na qualidade de intervenientes, e doravante denominadas "Empresas Operacionais", todas sob controle da Companhia,

**MINERAÇÃO TABOCA S.A.**, companhia com sede na Av. Constantino Nery n.º 2789, 10º andar, salas n.º 1003 e 1004, Bairro Chapada, na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 34.019.992/0001-10, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos ("Taboca");

**CIBRAFÉRTIL COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES**, companhia com sede na Rua Felipe Camarão n.º 500, na cidade de Santo André, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.117.842/0003-90-28, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos ("Cibrafertil");

contendo as seguintes considerações:

### CONSIDERANDO QUE:

1. A Companhia realizará uma emissão de 1.900 (hum mil e oitocentas) debêntures, de valor unitário de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) em 2 (duas) Séries, sendo 400 (quatrocentas) debêntures do valor total de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), relativos à 1ª Série ("Debêntures da 1ª Série"), e 1.500 (hum mil e quinhentas) debêntures do valor total de R\$750.000.000,00, relativos à 2ª Série ("Debêntures da 2ª Série" e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, "Debêntures"), de acordo com os termos e condições definidos na Escritura Particular da 6ª Emissão de Debêntures, Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública da Paranapanema S.A. ("a Escritura"), celebrada entre a Companhia e o Agente Fiduciário;

De acordo com a Cláusula 4.18 da Escritura, a Companhia se obrigou a formalizar, em favor do Agente Fiduciário na qualidade de representante da comunhão de debenturistas, como garantia à emissão das Debêntures, o penhor da totalidade das ações atualmente livres e

TABELAÇÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ  
TABELIONATO OLIVEIRA  
AUTENTICAÇÃO  
Autentico a presente cópia  
extraída das Notas de  
fidei com original. Dou fé,  
Santo André  
02 JUL 2008  
FRANCISCO C. DE OLIVEIRA  
FÁBIO R. DE OLIVEIRA  
ROBERTO RODRIGUES  
GISELE  
TABELAÇÃO  
M. 2008  
ESC. DEPOSTO  
09384B092011

GERÊNCIA JURÍDICA  
GRUPO PARANAPANEMA

desimpedidas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão das Empresas Operacionais e de titularidade da Companhia, em garantia das Debêntures.

ASSIM SENDO, levando-se em consideração o acima disposto, vêm por meio deste e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças ("Contrato"), que será regido e interpretado pelas seguintes cláusulas e condições:

## DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. Em conformidade com as disposições abaixo estabelecidas, o objeto deste Contrato é a constituição de penhor sobre as Ações, para assegurar o pagamento pela Companhia aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, da Dívida Garantida, conforme definido abaixo.

1.2. Para os fins do artigo 1.424 do Código Civil, as dívidas garantidas são compostas por todas as obrigações da Companhia de pagamento de principal, juros remuneratórios e moratórios aos titulares das Debêntures, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos da Escritura ("Dívida Garantida").

## DA CONSTITUIÇÃO DO PENHOR DE AÇÕES

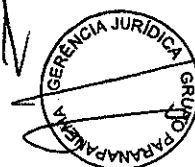
2.1. Nos termos do Anexo 2 do Acordo para a Reestruturação Financeira da Paranapanema S.A. e Outras Avenças ("Acordo de Reestruturação"), celebrado em 19 de dezembro de 2006, conforme aditado, a Companhia constitui (i) garantia pignoratícia, com o penhor de ações de emissão de Cibrafertil, de titularidade da Companhia, em relação à Dívida Garantida relativa às Debêntures da 1ª Série ("Ações Cibrafertil"), e (ii) garantia pignoratícia, com o penhor de ações de emissão de Taboca, de titularidade da Companhia, em relação à Dívida Garantida relativa às Debêntures da 2ª Série ("Ações Taboca", e em conjunto com Ações Cibrafertil, "Ações").

Atualmente, as Ações possuem as seguintes características:

Companhia Emissora das Ações	Titular das Ações	Forma das Ações	Quantidade Total das Ações Empenhadas	% do Capital Social representado pelas Ações
Taboca	Companhia	Nominativas	1.009.895.299	99,9999995%
Cibrafertil	Companhia	Nominativas	439	98,87%

2.3. Para garantir o integral e pontual pagamento da Dívida Garantida, a Companhia neste ato dá em penhor de primeiro grau em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, (i) as Ações; e (ii) os direitos, desdobramentos, bonificações (incluindo os dividendos) e outros direitos similares relacionados às Ações e/ou Ações Adicionais.

2.4. Enquanto a Companhia estiver cumprindo regularmente as obrigações decorrentes da Escritura, os dividendos e bonificações serão liberados à Companhia. Na hipótese de inadimplemento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária da Escritura, as Empresas



**2.5.** Durante a vigência do presente Contrato, a Companhia não poderá vender ou de outra forma transferir as Ações, salvo mediante o consentimento prévio e por escrito dos Debenturistas a ser deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula V da Escritura.

**2.7.** A averbação no Livro de Registro de Ações das Empresas Operacionais deverá ter a seguinte redação:

**2.8.** A Companhia e as Empresas Operacionais entregarão ao Agente Fiduciário cópia autenticada das averbações contempladas no Livro de Registro de Ações das Empresas Operacionais na forma da Cláusula 2.7, bem como se comprometem a informar de imediato e entregar cópia autenticada de eventuais averbações adicionais requeridas de tempos em tempos, segundo os termos do presente Contrato.

## OBRIGAÇÕES DA COMPANHIA

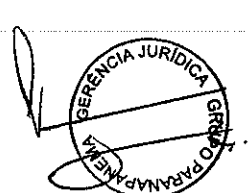
4.º TABELÃO DE NOTAS DE S. Paulo  
TABELÃO OLIVEIRA  
AUTENTICAÇÃO  
Autentica o presente cópi-  
a extraída das Notas, co-  
fere com original. Deu fé.  
Santo André

02 JUL 2008

(b) não alienar, empenhar, gravar ou onerar as suas ações representativas do capital social das Empresas Operacionais, salvo o penhor de ações referido no item (c) abaixo;

0938AB092046

SP - 014540-00014 - 2271868v1





(c) manter empenhadas, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, durante o período de vigência do presente Contrato, a totalidade das Ações;

(d) não usar as ações dadas em garantia no presente Contrato para garantir novas obrigações de qualquer espécie.

## DA EXCUSSÃO DA GARANTIA

4.1. O Agente Fiduciário, representando os Debenturistas fica, por meio deste, autorizado e habilitado, na hipótese da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, conforme definido abaixo, e durante a sua permanência, a dispor de, cobrar, receber, realizar, vender, seja em juízo ou de forma particular, ou ceder, total ou parcialmente, as Ações conforme preços e/ou em termos e condições que ele considerar apropriado e observado o disposto na cláusula 4.1.1. abaixo, independentemente de qualquer notificação à Companhia ou às Empresas Operacionais, observado o inciso IV, artigo 1.433 do Código Civil, e aplicar os recursos assim recebidos, exclusivamente no pagamento da Dívida Garantida.

4.1.1. Na hipótese de a venda das Ações ser realizada de forma particular, o seguinte procedimento deverá ser observado: os Debenturistas elegerão no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da ocorrência do Evento de Inadimplemento conforme definido na cláusula 6.1 abaixo, um laudo de avaliação com base no fluxo de caixa descontado deverá ser elaborado por uma dentre as instituições financeiras abaixo (a instituição financeira assim selecionada pelos Debenturistas, a "Instituição Avaliadora"). A Instituição Avaliadora deverá ser uma entre as seguintes: Banco ABN AMRO Real S.A., a KPMG Corporate Finance Ltda. e ou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, desde que, durante a avaliação, essa Instituição Avaliadora não tenha nenhum conflito de interesses envolvendo os Debenturistas, a Companhia ou as Empresas Operacionais que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções. Em caso de conflito de interesses, deverá ser contratada qualquer uma das Instituições Avaliadoras remanescentes. Caso todas essas potenciais Instituições Avaliadoras tenham conflito de interesse, a Companhia deverá prontamente indicar outra Instituição Avaliadora aceitável aos Debenturistas. Tal Instituição Avaliadora terá o prazo de 30 (trinta) dias para proceder à avaliação do preço das Ações, se for o caso, às expensas da Companhia ou das Empresas Operacionais, sendo que o valor apurado servirá como base em uma futura venda.

4.1.2. Após a utilização do produto da referida venda e transferência das Ações na liquidação das Dívidas Garantidas e das despesas incorridas na execução deste Contrato, o produto excedente, se houver, deverá ser entregue pelo Agente Fiduciário, à Companhia.

4.1.3. Para possibilitar o fiel cumprimento do presente instrumento, a Companhia outorga ao Agente Fiduciário, procuração, irretratável e irrevogável, nos termos do modelo constante do Anexo II, por meio da qual o Agente Fiduciário fica autorizado, no caso de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, na qualidade de mandatário da Companhia a firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários para tanto, incluindo os previstos no artigo 1.422, no inciso

SELO  
02 JUL 2008  
TABELÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ  
TABELÃO OLIVEIRA  
AUTENTICAÇÃO  
Autentico a presente cópia  
extratada destas Notas, con-  
fero com original. Dou fé.  
Santo André

02 JUL 2008  
( ) FRANCISCO C. DE OLIVEIRA  
( ) RAYVO A. DE OLIVEIRA  
( ) ROGÉRIO RODRIGUES  
( ) GISELE  
TABELÃO  
0938AB092047



IV do artigo 1.433 e nos artigos 1.454 e 1.455 do Código Civil, e todas as faculdades previstas na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. O mencionado mandato é outorgado em caráter irrevogável e irretratável, durante todo o prazo de vigência da Dívida Garantida, sendo sua outorga condição essencial para a realização da Emissão e desta garantia, nos termos do artigo 684 do Código Civil.

4.2. Na hipótese de os Debenturistas deliberarem pela venda amigável, caso esta não se realize no prazo máximo de 1 (um) ano após o vencimento das debêntures, deverá o Agente Fiduciário promover a excussão da garantia, na via judicial.

#### DA NOTIFICAÇÃO À OUTRA PARTE

5.1. Caso o Agente Fiduciário deseje notificar a Companhia e/ou as Empresas Operacionais acerca da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento sob a Dívida Garantida, poderá livremente fazê-lo.

#### DOS EVENTOS DE INADIMPLEMENTO

6.1. A garantia objeto do presente Contrato poderá ser executada, pelo Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos (os "Eventos de Inadimplemento"):

- (a) a ocorrência de qualquer das hipóteses dos artigos 1.425 e 333 do Código Civil Brasileiro; e
- (b) ocorrência de qualquer evento de vencimento antecipado, nos termos do Clausula 5.1.1 da Escritura.

#### DOS DIREITOS DE VOTO APÓS UM EVENTO DE INADIMPLEMENTO

7.1. A qualquer tempo após a ocorrência de um Evento de Inadimplemento, a Companhia deverá exercer todos os direitos de voto relacionados à totalidade das ações detidas pela Companhia no capital social das Empresas Operacionais, em estrita observância às instruções escritas do Agente Fiduciário, abstendo-se de praticar quaisquer atos que conflitem com tais instruções, incluindo, entre outros, deliberações relacionadas a qualquer das seguintes matérias sempre que resolvidas por voto dos acionistas:

- (a) alterações ou outras modificações no Estatuto Social de qualquer uma das Empresas Operacionais;
- (b) declaração ou distribuição de dividendos e quaisquer outras espécies de distribuições de qualquer uma das Empresas Operacionais; e
- (c) liquidação, dissolução, falência, recuperação judicial ou extrajudicial, reorganização ou outro ato que possa implicar numa reestruturação financeira.

4- TABELÃO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ  
TABELIONATO OLIVEIRA  
AUTENTICAÇÃO  
Autentico e presente cópia  
extraída das Notas Notas, con-  
fero com original. Dejo fô.  
Santo André  
02 JUL 2008  
( ) FRANCISCO C. DE OLIVEIRA  
( ) HAVIO RIBE OLIVEIRA  
( ) ROGERIO OLIVEIRA

GERENCIA JURIDICA  
GRUPO PARANAPANAMA

## DAS DECLARAÇÕES, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

### 8.1. A Companhia declara e garante que:

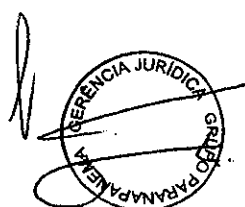
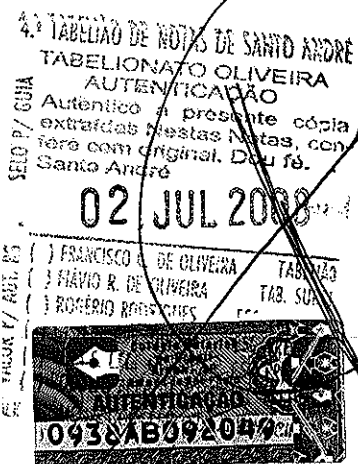
- (a) tem plenos poderes, autorização e capacidade para celebrar este Contrato e para cumprir suas obrigações contratuais;
- (b) tomou todas as medidas necessárias para autorizar a celebração e cumprimento deste Contrato;
- (c) o presente Contrato constitui uma obrigação legal, válida e exequível contra a Companhia de acordo com os termos ora contratados;
- (d) a celebração deste Contrato e o cumprimento de suas obrigações não infringem qualquer disposição legal, contratual ou obrigação anteriormente assumida pela Companhia e não resultará na criação ou imposição de qualquer ônus sobre seus ativos, com exceção do penhor das Ações estabelecido por meio deste Contrato;
- (e) a Companhia é a única e legítima titular das Ações;
- (f) que as Ações estão na data deste Contrato, bem como estarão e permanecerão livres e desembaraçadas de quaisquer ônus e/ou gravames de qualquer natureza a partir da data de publicação do anúncio de início da distribuição pública das Debêntures;
- (g) que tem pleno conhecimento dos termos da Escritura.

8.2. As declarações e garantias aqui prestadas pela Companhia são válidas e verdadeiras nesta data, comprometendo-se a Companhia a indenizar e manter indene os Debenturistas contra todas e quaisquer reivindicações, danos, perdas, responsabilidades e despesas (incluindo, sem limitação, despesas e honorários advocatícios razoáveis) em que venham a incorrer ou que contra eles venham a ser cobrado, em cada caso em decorrência da inveracidade de quaisquer de suas declarações e garantias aqui contidas.

8.2.1. A Companhia compromete-se a encaminhar ao Agente Fiduciário dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou dentro no máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre social, quando for o caso, atualização das informações e valores previstos no item 2.4 deste Contrato.

### 8.3. O Agente Fiduciário declara e garante que:

- (a) é uma instituição devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, devidamente autorizada a conduzir suas atividades comerciais e com poderes para livremente exercer a administração de seus bens;
- (b) se encontra autorizado, nos termos de seu contrato social, da lei e pelas autoridades governamentais a cumprir e executar todas as disposições contidas neste Contrato e nenhuma outra autorização, consentimento ou aprovação, notificação ou registro respectivamente de, à ou com qualquer autoridade governamental ou qualquer outra pessoa foi exigido ou deve ser obtido ou feito para a devida celebração, entrega,



protocolo, registro ou cumprimento deste Contrato ou de qualquer operação aqui contemplada; e

(c) a celebração, entrega e cumprimento do presente Contrato não viola qualquer dispositivo de seu contrato social, qualquer obrigação por ele anteriormente assumida ou quaisquer leis e regulamentos a que se encontre sujeito.

## DA DIVISIBILIDADE

9.1. A nulidade ou ineficácia de qualquer das cláusulas deste Contrato não prejudicará a validade e a eficácia das suas demais cláusulas. Caso qualquer das cláusulas deste Contrato venha a ser declarada nula, no todo ou em parte, as Partes, de boa-fé, envidarão esforços no sentido de substituir a cláusula declarada nula por outra de teor e objetivo equivalentes.

## DA AUSÊNCIA DE RENÚNCIA

10.1. O atraso ou não exercício pelo Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, de qualquer poder ou direito aqui contido não deverá operar como uma renúncia, e nem tampouco a novação ou alteração contratual, a não ser que assim seja expressamente manifestado pelo Agente Fiduciário. Os direitos e recursos estabelecidos no presente Contrato são cumulativos, poderão ser exercidos isolada ou simultaneamente e não excluem quaisquer direitos ou recursos estabelecidos em lei.

## DAS RENÚNCIAS E ADITAMENTOS; SUCESSORES E CESSIONÁRIOS

11.1. Toda e qualquer renúncia, aditamento ou modificação de qualquer dos termos ou disposições do presente Contrato somente será válida se por escrito e assinada pelas partes contratantes. O presente Contrato obriga as partes e seus respectivos sucessores e cessionários.

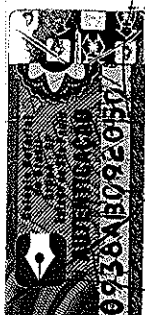
11.2. A Companhia não poderá ceder quaisquer de suas obrigações em virtude deste Contrato sem o consentimento prévio e por escrito do Agente Fiduciário ou seus sucessores ou cessionários. O consentimento prévio do Agente Fiduciário será deliberado em Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 8.4. da Escritura.

## DOS DIREITOS CUMULATIVOS

12.1. Os direitos, recursos, poderes e prerrogativas estipulados neste Contrato são cumulativos e não exclusivos de quaisquer outros direitos, poderes ou recursos estipulados pela lei.

## DAS NOTIFICAÇÕES

12.1. Qualquer aviso, instrução ou outro método de comunicação exigidos ou permitidos nos termos deste Contrato serão dados por escrito através de entrega em mãos, fac-símile, serviço de entrega rápida ou por correspondência registrada, com recibo de entrega, postagem paga



TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO, ARUÊ  
ABELIONATO OLIVEIRA  
AUTENTICAÇÃO  
FIDELIDADE  
02 JUL 2008  
FRANCISCO C. DE OLIVEIRA  
RAVIO R. DE OLIVEIRA  
ROGERIO RODRIGUES  
EILENE C. B. GUERRE  
RA S. L. DE OLIVEIRA  
DOLFO AURÉLIO INACIO EST. DO PRONON

GERENCIA JURIDICA  
GRUPO PARANAPANAMA  
Handwritten signature and initials.

antecipadamente, endereçados à parte que receber os mesmos em seus respectivos endereços conforme disposto abaixo, ou àquele outro endereço conforme tal parte possa designar através de aviso às demais partes.

Se para a Companhia:

**Paranapanema S.A.**

Rua Felipe Camarão, n.º 500 - Utinga

CEP: 09220-901 - Santo André, São Paulo

Telefone: (11) 2199 7904 / 2199-7628

Fax: (11) 4461 4043

At.: Sra. Doris Beatriz França Wilhelm / Sr. Luiz Antonio de S. Q. Ferraz Jr.

E-mail: [dwillhelm@paranapanema.com.br](mailto:dwillhelm@paranapanema.com.br) / [ferraz@paranapanema.com.br](mailto:ferraz@paranapanema.com.br)

Se para o Agente Fiduciário:

**Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar

20050-005 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira

Telefone: (21) 2507-1949

Fax: (21) 2507-1949

E-mail: [pavarini@pavarini.com.br](mailto:pavarini@pavarini.com.br)

13.2. Todo e qualquer aviso, instrução e comunicação nos termos deste Contrato serão válidos e considerados entregues na data de seu recebimento, conforme comprovado através de protocolo assinado pela parte à qual são entregues ou, em caso de transmissão por fac-símile ou correio, com aviso de recebimento.

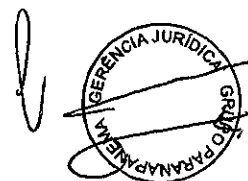
**DO REGISTRO DESTES CONTRATO**

14.1. A Companhia por este ato se compromete a efetuar o registro do presente Contrato e qualquer alteração no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente no prazo de 10 (dez) dias úteis da data de assinatura do Contrato ou da respectiva alteração, bem como enviar uma via original devidamente registrada do Contrato e seus respectivos aditamentos ao Agente Fiduciário imediatamente após a realização dos referidos registros, além de manter arquivada uma cópia do Contrato e de seus respectivos aditamentos em sua sede social.

**DO PRAZO**

15.1. O presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título e permanece em vigor até o total cumprimento da Dívida Garantida.

15.2. Quando todas as obrigações referentes à Escritura tiverem sido irrevogavelmente quitadas, o Agente Fiduciário deverá praticar todos os atos e celebrar os documentos necessários à desoneração das Ações que ainda estiverem gravadas nos termos deste Contrato.



4.º TABELÃO DE NOTAS  
TABELIONATO  
AUTENTICO  
Autentico a prova  
extraídas Nesta  
fez com original. Uof. fe.  
Santo André



02 JUL 2008

## DO FORO E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

16.1. As partes elegem o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como competente para dirimir toda e qualquer disputa decorrente do Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

16.2. O Agente Fiduciário poderá, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas pela Companhia, conforme estabelecem os artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil.

## DEFINIÇÕES

17.1. Todos os termos em letras maiúsculas não expressamente definidos neste Contrato terão os significados a eles atribuídos na Escritura.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e conteúdo, na presença das testemunhas identificadas abaixo:

São Paulo, 13 de junho de 2008

Paranapanema S.A.

Nome:

Cargo:

**Geraldo R. V. Haenel**  
RG 3 170 597  
CPF 025 672 888-72

Nome:

Cargo:

**Luiz Antonio de S/O. Ferraz Jr.**  
RG: 3.568.229  
CPF: 403.886.708-00

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Nome:

Cargo:

**Marcus Venicius B. da Rocha**  
CPF 961.101.807-00  
Diretor

Nome:

Cargo:

**CARLOS ALBERTO BACHA**  
procurador

Testemunhas:

Nome:

RG:

**KATIA BIKI**  
19.825.367-9

Nome:

RG:

**JOSE RODOLFO MONTENEGRO**  
17.448.825-1

Cartório do 21º Ofício de Notas, Travessa do Ouvidor, 11, N.º 11, 1º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ. Tabelião: Ney Ribeiro. Reconhece por semelhança as firmas de: CARLOS ALBERTO BACHA e MARCUS VENICIUS BELLINELLO DA ROCHA  
Cod: 0200ED2DD28C  
Rio de Janeiro, 01 de Julho de 2008. Conf. por: Serventia  
Em testemunho da verdade. 30% TJ+FUNDOS  
Paulo Usias - Substituto Total

